

A luta das mulheres por educação tem suas raízes na história da nordestina e feminista Nísia Floresta, nascida no começo do século XIX, no Rio Grande do Norte. Em 1834, quando as mulheres não tinham direito a frequentar a escola, muito menos cursos superiores, ela já defendia a educação das meninas, a criação de escolas, uma educação igualitária entre homens e mulheres e a melhoria do ensino para todas as pessoas. Para essa estudiosa das relações sociais, as mulheres, por terem um papel fundamental na transformação da sociedade, deveriam ser merecedoras de investimentos na sua educação.

Daquele momento aos dias atuais, o nível educacional das mulheres cresceu em todo o Brasil, ultrapassando em algumas faixas etárias o dos homens. De acordo com o IBGE-2010, Pernambuco tem 418.125 pessoas com nível superior completo, o que significa 5,06% da população. Destas, 61,85%, ou seja, 259.082 são mulheres.

Nesse contexto, compreendendo a educação como um processo contínuo e indispensável à emancipação social dos indivíduos, sobretudo das mulheres e a uma vida livre de violência, o Governo de Pernambuco envidou esforços para contribuir com a promoção de um modelo de educação não sexista no estado.

Desde 2007, o Governo de Pernambuco criou e desenvolveu estratégias que elevaram a educação no estado a outro patamar, tendo alcançado resultados exitosos ao longo dos anos. Em 2014, Pernambuco subiu 12 posições no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), aferido pelo Ministério da Educação em 2013, ficando em quarto lugar, tendo maior crescimento no ensino médio e superando a meta estabelecida para o estado. Em junho deste ano, segundo levantamento do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), Pernambuco foi apontado como o estado com menor taxa de evasão escolar no ensino médio.

Esses resultados estão relacionados, segundo o Secretário de Educação, Fred Amâncio, às ações de melhoria da qualidade de ensino, do fortalecimento das escolas em tempo integral, da melhoria dos insumos pedagógicos, ao empenho e dedicação de professoras e professores, ao acompanhamento dos (as) estudantes e à construção de um currículo alinhado com as suas necessidades.

Sendo este último ponto, crucial para nós que fazemos **a Secretaria da Mulher de Pernambuco, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Pernambuco (Cedim-PE) e o Fórum Estadual de Gestoras Municipais de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres**, porque consideramos que tão importante quanto a melhoria da infraestrutura, do uso de novas tecnologias e do estudo de outros idiomas com opção de intercâmbio, está a possibilidade de discutir e refletir sobre as relações de gênero no âmbito do ensino formal, uma vez que a escola constitui-se em um ambiente favorável à mudança de mentalidades e práticas, e, sendo assim, esses investimentos estão diretamente relacionados à prevenção e eliminação de todas as formas de violência e discriminação.

Nesse sentido, a SecMulher-PE, teve como parceira desde o início de sua gestão, em 2007, a Secretaria Estadual de Educação (SEE), na implantação e desenvolvimento de ações como o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs), a Campanha Maria da Penha vai à Escola, a elaboração e publicação de material didático, além de outras atividades de formação, pesquisa e extensão.

Além da SEE, são parceiros diretamente envolvidos nas ações que envolvem a temática “gênero e educação”, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe), Secretaria de Cultura, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), Secretaria de Planejamento e Gestão, Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre outros.

O Poder Legislativo também apoia e participa da construção das políticas públicas para as mulheres através da **Comissão Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDD-Mulher) da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe)**, instituída com a finalidade de criar e consolidar legislações que garantam às pernambucanas seu acesso à cidadania, com destaque para a diretriz de incluir a população feminina nos espaços de formação e de produção de conhecimento como condição para alçar seu lugar de cidadã. A criação da CEDD-Mulher eleva ainda mais a responsabilidade da Alepe em seu ofício de “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais, individuais, a liberdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, fundada na harmonia social”.

Os números dessa política não deixam dúvidas de que essa temática, não só nos interessa enquanto órgão coordenador da política de gênero no estado, seus colegiados e afins, mas também interessa a docentes e discentes da Rede Estadual de Ensino. Em sete edições do Prêmio Naíde Teodósio, foram inscritos cerca de 4.000 trabalhos abordando a temática de gênero, vindos de todos os municípios das 04 regiões do estado. O Prêmio foi seguido da implantação dos Núcleos de Estudos de Gênero, iniciada em 2011, e atualmente, essa rede conta com 60 Núcleos nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM).

Para 2015, dando continuidade aos esforços de tornar as escolas adequadas às necessidades de professores (as) e estudantes e assim, torná-las mais atrativas, estão previstos a realização da oitava edição do Prêmio Naíde Teodósio, já em curso, a criação de mais 18 Núcleos de Estudos de Gênero, sendo 15 nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) e 03 em Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), o lançamento do livro Gênero e Educação – Caderno da Igualdade nas Escolas e da publicação com a sistematização das experiências dos Núcleos.

Por tudo isso, sendo essa uma questão de interesse do Governo de Pernambuco como um todo e da sociedade em geral, nos juntamos aos movimentos sociais que contribuem e acreditam no caráter democrático do ensino e atuam na busca de uma escola inclusiva, libertária e emancipatória para todas as pessoas e **lamentamos profundamente** a retirada das questões de gênero do Plano Estadual de Educação (PEE), votado ontem (17.06) na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o que se configura em um total retrocesso diante do exposto.

Para que o Plano Estadual de Educação possa atender suas diretrizes, destacadamente a “**superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação**”, “**promoção do princípio da gestão democrática da educação pública**” e, “**promoção e respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade**” constitui-se como condição imperativa assegurar a perspectiva de gênero como elemento estruturante das relações sociais e, portanto, imprescindível para um modelo de educação comprometido com o desenvolvimento humano e social.